

Lusofonia

utopia ou quimera? Língua, história e política

Carlos Alberto Faraco

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

FARACO, CA. Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-50. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.



Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política¹

Carlos Alberto FARACO

Universidade Federal do Paraná

A Professora Rosa Virgínia nos tem orientado a pensar a história da língua principalmente como uma sócio-história. Essa perspectiva me estimulou a propor o tema da LUSOFONIA para esta conferência.

Me interessa aqui discutir uma sócio-história política da língua – ou, mais especificamente, as perspectivas da língua portuguesa como língua internacional.

O estatuto da língua portuguesa como língua internacional costuma ser subsumido pelo polissêmico termo LUSOFONIA – termo que, como veremos, tem ampla circulação em Portugal e quase nenhuma no Brasil e é visto, em geral, sob suspeita nos demais países em que o português é língua oficial. Esse quadro por si só é certamente um sintoma de algo que nos pede interpretação.

¹ Depois de apresentado, este texto chegou, por vias indiretas, e alheias à Comissão Organizadora do *ROSAE*, às mãos do eminente linguista português Ivo Castro, que nos deu a honra de lê-lo e criticá-lo. Suas críticas foram incluídas na fala que fez na mesa-redonda “Política linguística”, realizada em 24/10/2009, durante o *XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Em sua fala, aponta suas concordâncias com o que dizemos neste texto, mas faz a ele críticas severas. Começa por dizer que este nosso texto é um “forte ataque à ideia de Lusofonia”. Nossa intenção não era atacar a ideia de LUSOFONIA. Ao contrário: tendo nos envolvido nos últimos anos, como participante da *Comissão para Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa* (COLIP), com o tema da promoção internacional da língua portuguesa, nossa intenção aqui era observar e registrar aspectos desta complexa questão e refletir sobre os caminhos trilhados. Com isso, pretendíamos oferecer contribuições para os debates quanto ao interesse, necessidade e viabilidade da LUSOFONIA. Tentamos, por isso, resgatar posições portuguesas, brasileiras e africanas simpáticas, críticas e desfavoráveis à LUSOFONIA. Assim, não podemos concordar com a afirmação do eminente colega Ivo Castro de que ignoramos que “parte importante da classe pensadora portuguesa lhe é antagonista”. Pensamos que o texto fala por si. Também não podemos concordar com a afirmação de que sugerimos ser a ideia de LUSOFONIA construção portuguesa. Tentamos trazer diferentes manifestações brasileiras sobre a questão justamente para mostrar que, se o termo é de baixa ocorrência no Brasil, não parece que o tema o seja. E, por fim, o Professor Ivo Castro diz que nosso texto foi, no fundo, apenas pretexto para condenar a ação do governo português de promoção da língua via Instituto Camões. Gostaríamos, sobre este ponto, de deixar claro que nossa intenção não é criticar ou condenar, mas apenas constatar e registrar as características da política portuguesa e brasileira. Pensamos que é fundamental, para fazermos avançar o debate e tomarmos decisões pertinentes, ter bem descritos os caminhos políticos trilhados pelos países envolvidos com a questão, em especial quando seus dirigentes, quando se reúnem em Conferências, declaram tão enfaticamente a necessidade de ações conjuntas nessa área. É preciso saber se estas declarações são apenas retóricas ou se vale a pena despender esforços na busca de sua concretização. Por fim, como o Professor Ivo Castro nos critica também por não termos citado nenhum linguista português sobre o tema, procuramos, nesta versão do texto, para não passarmos por ignorante da opinião dos colegas portugueses, incluir referências às suas ideias, considerando o lugar de destaque que ocupam não só na linguística portuguesa, como também na linguística de língua portuguesa. Trazemos também a opinião de outra eminente linguista portuguesa, a Professora Maria Helena Mira Mateus.

LUSOFONIA, como dissemos, é um termo polissêmico. Ora é usado para fazer referência ao conjunto dos falantes de português mundo afora – diz-se, portanto, da população lusófona. Um uso descritivo, que recorta uma determinada quantidade e, aparentemente, não carrega maiores implicações políticas ou valorativas.

Mas há usos bem marcados valorativa e politicamente.

LUSOFONIA ocorre, por exemplo, como o nome de uma idealizada irmandade de sentimentos e tradições. Diz-se LUSOFONIA com uma vibração especial das cordas do coração, com um senso de lírica pertença a uma indefinida comunidade transnacional e intercontinental unida pelo imaginário da mesma língua e de tudo que o acompanha.

Diz-se LUSOFONIA, neste caso, com o mesmo sentimento com que nosso poeta Mário de Andrade, sentado em sua casa em São Paulo, descobriu, numa noite, de supetão, que o seringueiro lá no norte era brasileiro que nem ele.

Diz-se, então, quase parodiando o poeta:

De supetão senti um friúme por dentro.
Fiquei trêmulo e muito comovido.
Não vê que lembrei que lá na cidade da Praia, lá no calor equatorial de São Tomé e Príncipe, lá na friagem da Serra da Estrela, lá em Djili, lá nas barrancas do rio Kuanza e do rio Limpopo, lá na costa de Bissau,
Um homem faz pouco se deitou, está dormindo.
Este homem é lusófono que nem eu.

Mas LUSOFONIA é também o nome de diferentes projetos políticos, de diferentes planos estratégicos de geopolítica – convergentes alguns em certos momentos, mas, em geral, silenciosamente divergentes e até concorrentes. E, claro, os silêncios, os não ditos, os implícitos dificultam obviamente os debates.

Aqui, em tamanho menor, encaixa-se o entendimento de LUSOFONIA como o projeto de congregar todos os países de língua portuguesa, mais a Galiza e as diversas diásporas de fala portuguesa, na construção de políticas linguísticas que permitam uma gestão coletiva da língua com vistas à sua promoção, seja no interior do bloco (em que ela é, na maioria dos países, minoritária, embora oficial), seja globalmente.

É diante dessa complexidade de sentidos que nos pusemos a pergunta-título desta conferência – **LUSOFONIA: utopia ou quimera?**

As palavras compostas com *fonia* (e aqui vão nos interessar anglofonia, francofonia, hispanofonia e lusofonia) têm uma história de aproximadamente um século e algumas décadas. Parece que o primeiro composto da série foi *francofonia*, que teria sido construído pelo geógrafo francês Onésime Reclus no livro que publicou em 1880 e que tinha o sugestivo título “A França e suas colônias”.

Vivia-se a grande década da consolidação do moderno colonialismo europeu. Em 1884, reuniam-se as potências coloniais europeias em Berlim para ajustarem entre si a partilha da África. A noção de francofonia emergiu, assim, nesse contexto em que se elaborava o discurso de justificação dos impérios coloniais modernos – as metrópoles como arautos da civilização e do progresso.

Nesse processo, paralelo ao exercício do poder “hard” (com o controle político, militar e econômico dos territórios submetidos), nasciam os primeiros delineamentos do chamado poder “soft”, que se fundava justamente numa pretensa unidade cultural dada por uma língua comum portadora da civilização que vencida a barbárie.

Nessa mesma conjuntura, criava-se, em 1883, a *Aliança Francesa*, entidade que tinha como objetivo realizar a política do governo da França de difusão de seu poder “soft” por meio da promoção do ensino de francês e da cultura francesa.

Foi ela a instituição pioneira que serviu de modelo às tantas outras que depois a seguiram com intuítos semelhantes, dentre as quais merece especial destaque o *British Council*, fundado em 1934, no âmbito do Ministério do Exterior da Grã-Bretanha, para ser o agente principal da promoção, mundo afora, da língua inglesa e da cultura britânica, ou seja, do poder “soft” da Grã-Bretanha.

Se a criação da *Aliança Francesa* se deu no auge do colonialismo, a criação do *British Council* se deu já numa época em que o Império Britânico começava a prenunciar a descolonização e dava os primeiros passos para rearranjar sua estratégia de poder.

A progressiva autonomia política de suas maiores colônias – o Canadá (1867/1931), a Austrália (1909/1942), a Nova Zelândia (1907) e a África do Sul (1909) – levou o governo britânico a criar, em 1931, a *British Commonwealth*, a organização internacional que visava manter uma ação política internacional conjunta desses novos países sob coordenação da Grã-Bretanha.

Um organismo semelhante só foi criado, na órbita dos interesses estratégicos franceses, em 1970 – já, portanto, no período posterior à descolonização. Os entendimentos nessa direção se iniciaram logo depois de terminada a guerra da Argélia em 1962, momento final do Império Colonial Francês.

Em 1969, ocorre a primeira conferência reunindo a França e suas ex-colônias, criando-se no ano seguinte a *Agência de Cooperação Cultural e Técnica*, posteriormente denominada de *Agência Intergovernamental da Francofonia*, sendo hoje conhecida como *Organização Internacional da Francofonia* (OIF).

Se, no início desses empreendimentos, o interesse político das antigas metrópoles se deixava ver mais claramente, ele vai desaparecendo do discurso oficial a ponto de ser hoje imperceptível. Assim, a *British Commonwealth* já em 1949, depois da independência da Índia, perde o qualificativo *British* e se torna *Commonwealth of Nations*, hoje simplesmente *Commonwealth*. A entidade se apresenta nos nossos dias como “uma associação voluntária de 53 países que dão suporte uns aos outros e trabalham em conjunto para atingir objetivos compartilhados de democracia, paz, solidariedade, desenvolvimento sustentável e direitos humanos”.

No *site* e nos documentos oficiais desta organização, não se faz qualquer menção ao fato de que praticamente todos os 53 países membros foram colônias britânicas; não se diz que o país que mais contribui para o orçamento da entidade é a Grã-Bretanha, que é também o principal centro de fomento das chamadas ações de cooperação e que, em

retorno, é o país que mais se beneficia dos laços que sustentam, livres de amarras, as relações comerciais entre os membros da entidade.

Venceu, portanto, o poder “soft” britânico.

Curiosamente, a *Commonwealth* não assume nenhuma ação de promoção da língua inglesa, que continua sob a responsabilidade do *British Council*. Este, por sua vez, procura hoje apagar seus compromissos com os interesses unilaterais britânicos. Diz-se fundado numa ampla definição do que é cultura, entendida, segundo se lê em seu *site*, como o espaço primordial para o reconhecimento da diversidade e para a mútua compreensão.

Se apresenta, então, como uma organização voltada para a oferta de oportunidades educacionais e para o estabelecimento do diálogo intercultural por meio de programas na área das artes, das ciências, dos esportes e, por último, do suporte ao ensino de inglês.

Furando essa rede discursiva tão bem amarrada, arrola, no entanto, entre seus objetivos, “vender as indústrias criativas britânicas”.

No âmbito da francofonia, diferentemente da *Commonwealth*, a *Organização Internacional da Francofonia*, com seus 55 membros, dá amplo destaque à língua francesa como o cimento da Organização. No entanto, procura desvincular a língua francesa da França (faz, então, o discurso da copropriedade da língua) e procura apresentar a entidade como totalmente desvinculada dos interesses estratégicos da França.

Na “Carta da Francofonia” (publicada em 2005), lê-se que a OIF é uma instituição voltada para a construção de um mundo que respeite a diversidade cultural e linguística, no qual a língua francesa e os valores universais [quais sejam, a democracia, a paz, os direitos humanos, o diálogo intercultural, a promoção da educação, da cooperação econômica e do desenvolvimento sustentável] se desenvolvam e contribuam para uma ação multilateral original e para a formação de uma comunidade internacional solidária.

Tire-se, desse discurso, a referência à língua francesa e a missão da OIF coincide *ipsis litteris* com a missão da *Commonwealth*.

Em recente entrevista à revista *Courier – Revista das relações de cooperação entre África-Caraíbas-Pacífico e União Europeia* – edição de janeiro/fevereiro de 2009 (www.acp-eucourier.info), a Dra. Maria Nicolescu, chefe da delegação da OIF junto à União Europeia, diz enfaticamente:

A Francofonia francesa é um episódio que se deve declarar encerrado. A Francofonia nunca foi uma instituição orientada apenas para a defesa do francês. A língua não é senão um meio para veicular ideias. As nossas missões são: defesa da diversidade cultural e linguística, democracia e direitos humanos, educação, desenvolvimento sustentável e solidariedade.

Venceu, novamente, o poder “soft”. Agora o francês. Não se menciona que a França é o país que mais contribui para o orçamento da entidade, é o centro de fomento das ditas ações de cooperação, é a matriz das indústrias da língua francesa e grande beneficiária das relações comerciais intrabloco.

Também não se faz referência à declaração, que se pode ler no *site* do Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros, de que a promoção da língua francesa é prioridade do governo daquele país, porque a disseminação da língua favorece a difusão dos valores e das posições da França no mundo, bem como – e muito pragmaticamente – favorece o comércio exterior e os investimentos franceses.

O movimento da hispanofonia, por sua vez, tem uma história e motivações diferentes das outras duas fonias. Quando ela começa a se delinear, o colonialismo espanhol já de há muito havia se desestruturado. Depois da perda, no fim do século 19, de Cuba e das Filipinas, suas últimas grandes colônias, sobravam alguns postos coloniais na África, mas sem maior relevância nos jogos geopolíticos de poder.

A Espanha era um país pobre e sem importância. Tinha, no entanto, uma forte tradição de gestão centralizada da língua, corporificada nas ações da *Real Academia Española* (RAE) – talvez a instituição mais patrimonialista, purista e normativista dentre as suas similares no mundo latino.

Em 1951, por iniciativa do presidente do México, cria-se a *Associação das Academias da Língua Espanhola*, congregando 22 instituições com o objetivo de trabalhar em união pela integridade e crescimento da língua espanhola.

Muito significativamente, a RAE não estava presente na conferência em que se criou aquela Associação. Só veio a se incorporar a ela alguns anos depois e só muito recentemente alterou, pelo menos no plano retórico, sua tradicional postura patrimonialista e purista.

A pressão de um projeto de expansão da presença da Espanha no mundo – agora transformada numa das principais economias da União Europeia e disposta de condições de exportar capital – acabou por configurar uma agressiva política de transformação da língua numa preciosa mercadoria.

Esse processo, evidente desde meados da década de 1990, tem sido estudado em detalhes pelo Professor José del Valle, da CUNY. Num dos textos que del Valle coletou na imprensa espanhola, encontra-se uma expressão que sintetiza todo esse movimento estratégico da hispanofonia contemporânea: “O espanhol é o nosso petróleo”.

Esse projeto articula uma rede de ações. Conta com o apoio financeiro das grandes corporações espanholas que atuam no exterior, como o Banco Santander e a Telefônica. O governo da Espanha, por sua vez, desenvolve ações políticas em diversas frentes. Valem aqui como exemplos o esforço diplomático que resultou na oferta obrigatória do espanhol como língua estrangeira no Ensino Médio do Brasil; e a criação, em 1991, do *Instituto Cervantes* como órgão de governo dedicado à promoção e ensino da língua espanhola, da cultura espanhola e – destaque-se – da cultura dos países de língua espanhola. O governo dá também grande estímulo à indústria editorial produtora de material didático e a todas as formas das chamadas indústrias da língua (em especial, as ferramentas para a internet).

Desse projeto resultou também uma significativa mudança das concepções e procedimentos de gestão da língua da RAE. Desenvolveu-se ali o discurso do pan-hispanismo,

ou seja, a ideia de copropriedade da língua por todos os 27 países em que o espanhol é a língua majoritária, da gestão coletiva e solidária das políticas de língua e, em consequência, da produção conjunta dos instrumentos normativos, sustentados agora não mais no pressuposto de uma norma única, mas de uma norma de caráter multicêntrico, uma concepção capaz de incorporar a diversidade das variedades cultas, quer as correlacionadas aos diferentes espaços geoculturais em que está a língua, quer as correlacionadas com os diferentes registros orais e escritos.

Nessa linha, foram publicados, numa ação conjunta da RAE e da *Associação das Academias de Língua Espanhola*, a nova edição da *Ortografia* (1999), as novas edições do *Dicionário da RAE* a partir da 22^a que veio à luz em 2001, o *Dicionário panhispánico de dudas* (2005) e, em 2009, a *Nueva gramática de la lengua española*.

Neste amplo e diversificado quadro das fonias, como podemos situar a LUSOFONIA?

Das quatro aqui analisadas, a LUSOFONIA, de certa forma, é a mais tardia e, talvez, a mais complicada e frágil de todas. Atrás dela não há, como na anglofonia e na francofonia, uma ex-metrópole colonial que tenha sido, no século 20, uma potência política, militar e econômica. Não há, portanto, um grande projeto estratégico de natureza política, econômica e cultural.

Também não há, como na hispanofonia, uma forte articulação convergente de ações políticas, econômicas e de gestão da língua. Bem ao contrário: os dois únicos países em que o português é a língua majoritária agem isoladamente e em direções divergentes.

Como mostram nossos colegas Gilvan Müller de Oliveira e Clara Dornelles (2007), têm sido escassos os momentos de convergência entre os dois países. O mais comum tem sido a ausência de planificação e diálogos conjuntos. No geral, predominam ainda políticas puramente nacionais, o que, em última instância, redundando em dificuldades para o português ocupar uma melhor posição internacional entre as línguas mais faladas.

Parece inegável que o Brasil, ao concentrar 85% dos falantes da língua portuguesa no mundo, tem um papel fundamental no futuro da língua e de sua difusão internacional. No entanto, o Brasil parece não querer assumir esse papel. É ainda tímida a ação do país na difusão da língua no exterior,² na cooperação linguístico-cultural sistemática com os demais países de língua oficial portuguesa e mesmo na indispensável promoção da língua no interior de suas próprias fronteiras.

O Brasil tem evitado até agora assumir papel de maior protagonismo na gestão da língua, optando antes por certo imobilismo: parece se contentar em assumir para si uma posição secundária e aguardar que as iniciativas venham sempre de Portugal. Gilvan

2 Usamos o adjetivo 'tímidas' para classificar a ação do Brasil nesta área para expressar um juízo bastante costumeiro quando se discute este assunto nos meios universitários. As ações governamentais de difusão internacional da língua portuguesa e da cultura brasileira são desenvolvidas pela *Divisão de Promoção da Língua Portuguesa do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores*. Essa *Divisão* coordena as atividades dos 15 *Centros de Estudos Brasileiros* (9 no continente americano, 3 no continente europeu e 3 no continente africano) e dos 43 leitorados em universidades de 30 países, além de cooperar com *Institutos Culturais Binacionais* existentes em alguns países. Mais informações podem ser obtidas na página www.dc.mre.gov.br

Müller de Oliveira e Clara Dornelles (2007) veem nessa atitude política do Brasil uma espécie de “complexo de colônia” que o impede de se ver como coproprietário de uma língua que não pertence mais ao antigo colonizador.

Ora, esse imobilismo favorece as ações unilaterais de Portugal que não só costuma ignorar o Brasil em matéria de língua, como ainda procura embaraçar qualquer situação que se lhe afigure estar apontando para uma – ao que parece – sempre temida, entre os portugueses, “brasilianização” da língua.³ Aqui, quando digo ‘Portugal’, não estou me referindo a um Portugal genérico ou abstrato, mas, especificamente, às estratégias políticas, às ações de governo daquele país.

Um exemplo: o *Instituto Camões*, quando assina convênios para abertura de suas sedes, estipula, como aconteceu recentemente em Nova York, uma proibição de se admitir brasileiros como professores.⁴

Nisso se distingue da política pan-hispânica do *Cervantes*, que não só define, como sua missão difundir as culturas de todos os países de língua espanhola, como estimula a presença, em seu quadro de professores, de pessoas oriundas desses diversos países.

Além, portanto, de estar altamente concentrada num só país, a língua portuguesa enfrenta também essa dissonância que tem impedido os dois únicos países em que ela é hegemônica de fazer convergir ações de gestão e difusão da língua.⁵

O *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (um dos órgãos da CPLP), que poderia preencher este vazio, não existe na prática. A ideia desse Instituto foi lançada em 1989, numa primeira reunião dos chefes de Estado e de Governo dos países de língua portuguesa realizada em São Luís do Maranhão, pelo então presidente brasileiro, José Sarney – que chegou, inclusive, a sugerir aquela cidade como sede do Instituto, considerando que ela, embora tenha sido fundada pelos franceses (em 1612), lusitanizou-se rapidamente, tão logo conquistada (em 1615) pelos luso-brasileiros, e reúne ainda hoje um impressionante conjunto arquitetônico colonial.

Sua criação, porém, só veio a se dar, de fato, em 2001 e – por pressão diplomática portuguesa (um tal Instituto, aos olhos portugueses, jamais poderia estar sediado no Brasil) – sua sede foi estabelecida na cidade da Praia, capital de Cabo Verde.

Embora se possa cultivar o romântico imaginário de que este país está a meio caminho entre os hemisférios Norte e Sul e é, em tese, ponto de intersecção das rotas que

3 Nesse sentido, o Professor Ivo Castro (CASTRO, 2007 e 2008) faz interessante análise da tensão existente entre o que ele chama de uma *pulsão unificadora* e uma *pulsão separativa* no espaço lusofalante.

4 Insistimos em dizer que não vai aqui nenhuma crítica às soberanas decisões políticas do governo português. Fazemos apenas o registro para poder dar destaque às claras diferenças que há, por exemplo, entre as políticas correntes no espaço da língua castelhana e as correntes no espaço da língua portuguesa. Pensamos que vale a pena fazer estes registros justamente para avaliarmos se a ideia de LUSOFONIA é interessante, necessária e viável.

5 Em vários de seus textos, Ivo Castro comenta o que ele chama de a separação estrutural entre a língua de Portugal, a do Brasil e a dos países africanos. E, por considerar inevitável a fragmentação futura do sistema linguístico da língua portuguesa (cf., por exemplo, CASTRO 2008, p. 80 ou 2007, p. 5-7), também não parece ver qualquer futuro para a ideia de lusofonia. A Professora Maria Helena Mira Mateus (2009, p. 4) expressa posição diferente e defende, na sua fala na mesma mesa-redonda a que nos referimos na nota 5, uma estreita cooperação entre Portugal e Brasil na promoção e difusão da língua

conectam os países de língua oficial portuguesa, a língua é ali minoritária, o país está distante dos principais centros que produzem um saber sobre ela (e podem, assim, subsidiar sua promoção internacional), não há nele sequer embaixadas de todos os países de língua oficial portuguesa e, em 1996, o país aderiu à *Organisation Internationale de la Francophonie* em razão de suas relações muito próximas com o Senegal e a Guiné (Conacri).

Diante desses fatos, fica-se com a impressão de que o Instituto foi criado apenas *pro forma*. Apesar dos esforços de seus dirigentes, estava já em 2004 em estado de falência técnica. Mesmo equilibradas suas finanças, sua ação tem sido pífia. Seu próprio espaço de atuação não está claramente definido, ou seja, não está claro o que exatamente lhe cabe e como evitar a sobreposição de ações com, por exemplo, o *Instituto Camões*.

O *Instituto Camões* foi criado pelo governo português em 1992 em substituição ao *Instituto de Cultura e Língua Portuguesa* (ICALP). A ele cabe, sob a superintendência do Ministro dos Negócios Estrangeiros, orientar, coordenar e executar a política cultural externa de Portugal, nomeadamente a difusão da língua portuguesa. É interessante destacar que, desse modo, Portugal – quando já havia sido lançada a ideia de um Instituto Internacional – deu clara prioridade política a um projeto nacional de difusão da língua.

Não faltam, claro, nos textos diplomáticos assinados conjuntamente por Brasil e Portugal, belas declarações de intenções de uma ação comum na difusão da língua, como se pode ler, por exemplo, no “Programa de cooperação entre o governo da República Portuguesa e o governo da República Federativa do Brasil no âmbito da subcomissão para as áreas da educação, cultura, comunicação social, ciência e tecnologia, juventude e desporto para 2006-2009”, assinado em Lisboa em 23/11/2005, dentro do que dispõe o atual “Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta” entre os dois países, assinado em Porto Seguro, em 22 de Abril de 2000.

Na prática, porém, pouco ou nada se faz de concreto.

Vale observar, neste ponto, que, historicamente, Portugal nunca desenvolveu uma política aguerrida de gestão da língua (como fez a Espanha), com exceção, talvez, das ações do governo do Marquês de Pombal, no século 18, visando coibir o uso das línguas locais no Brasil e no chamado Estado da Índia.

Teve pouca repercussão, em termos de gestão da língua, a criação, em 1779, já no reinado de D. Maria I, da *Academia das Ciências de Lisboa*. Ela é hoje um órgão do Estado (no artigo 5º de seus Estatutos atuais se lê que ela é “o órgão consultivo do Governo Português em matéria linguística”) e entre seus objetivos está o de estimular o enriquecimento e o estudo da língua (Estatutos, art. 4º, letra b), cabendo-lhe, no que respeita à unidade e expansão da língua portuguesa, procurar coordenar a sua ação com a *Academia Brasileira de Letras* e com as instituições culturais dos outros países de língua portuguesa e dos núcleos portugueses no exterior (Estatutos, art. 6º).

Apesar disso, a Academia não foi criada como uma instituição voltada exclusivamente a questões de língua⁶. Embora tenha uma Seção de Letras, seus objetivos são mais amplos, alcançando questões científicas em geral. Por isso, ela nunca teve papel político semelhante ao exercido pela *Academia Francesa* ou pela *Real Academia Española*. Basta lembrar, nesse sentido, que ela só conseguiu publicar seu Dicionário em 2001, depois de duas fracassadas tentativas, uma no século XVIII e outra no começo do XX.

Talvez essa situação toda se justifique, em boa parte (e esta é a hipótese que lanço aqui), porque Portugal nunca chegou a ter a língua como um problema nacional. A história de sua constituição como Estado independente não passou pela reunião de populações de línguas diferentes, como se deu no caso de Espanha e França. Em razão dessa relativa homogeneidade linguística do país, a língua nunca foi, de fato, uma questão de Estado em Portugal.

Mesmo a independência do Brasil, em 1822, não alterou esse quadro. De um lado, porque até 1974/75 o Brasil era o único outro país de língua portuguesa. E, de outro lado, porque a tradição intelectual que veio a predominar no Brasil pós-independência foi defensora de uma espécie de incondicional vassalagem linguística a Portugal.

A fundação da *Academia Brasileira de Letras* em 1897 não deu ao Brasil uma instituição voltada à gestão da língua. Primeiro, porque, como acabamos de ver, a intelectualidade brasileira mais conservadora defendia a vassalagem linguística a Portugal. E, segundo, porque as vicissitudes do momento histórico (fim da Monarquia e início da República) impediram que a ABL, tendo em seu grupo de idealizadores muitos intelectuais notoriamente ligados ao antigo regime, fosse instituída (apesar de alguns esforços nesse sentido) como um órgão do Estado (para detalhes dessa história, ver RODRIGUES, 2001).

Ela acabou sendo criada como uma instituição particular que pôde apenas atribuir a si o objetivo de cultuar a língua e a literatura nacional (conforme se lê no artigo 1º de seus Estatutos). Mais tarde, na década de 1930, o Estado brasileiro lhe delegou a tarefa de gerir a questão ortográfica no âmbito do Brasil.

A questão ortográfica, aliás, exemplifica bem a dispersão que historicamente caracteriza a gestão da língua portuguesa. Basta lembrar que o português precisou esperar quase 400 anos para fixar uma ortografia. E, quando o fez, com a chamada ortografia simplificada, foi por ato unilateral de Portugal, em 1911. E a confusão na gestão da ortografia nos últimos cem anos é de todos bem conhecida.

O termo LUSOFONIA começou a circular em Portugal anos depois da descolonização. Como sabemos, o colonialismo português foi o último a se desmantelar, o que só

6 Interessante observar que consta do Programa do *XVIII Governo Constitucional Português* (2009-2013) a meta de criação da *Academia da Língua Portuguesa*, à qual se referiu recentemente a atual Ministra da Cultura de Portugal (cf. www.publico.clix.pt – 10/12/2009). Sobre este assunto, pronunciou-se com bastante pertinência o Professor Ivo Castro em sua participação na mesa-redonda referida na nota 5 (CASTRO, 2009, p. 6): “O Ministério da Cultura desdobrou-se em declarações pouco inspiradas e prometeu iniciativas que, se se concretizassem, pouco benéficas seriam, como a criação de uma academia da língua, com desconhecimento de que o saber, em matéria de língua, está onde é feito, ou seja, nas universidades e nos institutos de investigação a elas associadas”.

ocorreu em 1974/75, depois de 15 anos de guerras coloniais e de 20 anos da resistência salazarista à sistemática condenação internacional.

Nos primeiros anos do período pós-colonial, pouco ou nada se fez: Portugal lutava para se estabilizar política e economicamente; os sentimentos anticoloniais nos novos países eram ainda muito grandes; as guerras coloniais foram sucedidas por guerras civis em Moçambique (que só conheceu a paz em 1992) e Angola (cuja paz veio só em 2002); e o Timor-Leste foi alvo de ocupação militar da Indonésia desde 1975 até 1999.

Só por volta de meados da década de 1980 é que Portugal – integrado formalmente à Comunidade Europeia em 1986 – volta a se aproximar de suas ex-colônias africanas. Não certamente por acaso, é também o período em que se começa a falar por lá, com certa intensidade, de LUSOFONIA – tema que vai merecer muitas loas e também muitas críticas.

A primeira observação que deve ser feita é que o tema da LUSOFONIA parece ser fundamentalmente de interesse português. Raramente é mencionado e discutido no Brasil. Nesse sentido, tem razão a Professora (de origem são-tomense) Inocência Mata (2004, p. 225), quando diz:

De cunho e causa portuguesas, os africanos oscilam entre sua aceitação e a sua recusa, enquanto entre os brasileiros o termo [lusofonia] não tem história.

Para perceber isso, basta lembrar que a palavra aparece, na revista semanal mais lida do Brasil (*Veja*), apenas uma vez em dez anos (de 1997 a 2007). Não há nenhum livro brasileiro que tenha a palavra em seu título, salvo *Os sabores da lusofonia* (HAMILTON, 2005) – não por acaso (como comentarei adiante) um livro de culinária.

No jornal de maior tiragem do país (*Folha de São Paulo*), a palavra aparece, de janeiro de 2000 a dezembro de 2007, só em 7 artigos (5 em 2000, sendo um deles assinado pelo embaixador de Portugal; e 2 em 2004).

De todos, apenas um polemiza, de alguma forma, o tema (THOMAZ, 2000), apontando as relações – em geral não declaradas explicitamente – entre discursos da LUSOFONIA e as ideias do chamado luso-tropicalismo defendidas pelo sociólogo Gilberto Freyre nas décadas de 1940 e 1950.

Talvez não seja equívoco dizer, então, que esse tema, quando ocorre aqui no Brasil, está restrito ao meio acadêmico. A literatura portuguesa e as literaturas africanas de língua portuguesa têm seu lugar nas universidades brasileiras. É neste contexto que, eventualmente, o tema aparece. E a compreensão de LUSOFONIA que predomina, neste caso, é a de uma realidade fundamentalmente linguístico-cultural, ou seja, a LUSOFONIA é entendida como o eixo que agrega literaturas e culturas que se expressam em português.

Foi nessa direção que se manifestou Antônio Houaiss, um dos primeiros a usar o termo LUSOFONIA e escrever sobre ele no Brasil. Em *O português no Brasil* (1985), ele defendeu a necessidade de se cultivar o português como língua de cultura em todos os países em que ele é oficial, apontando criticamente as dificuldades que existem para se alcançar este objetivo.

No mesmo diapasão da LUSOFONIA como um conceito cultural, manifestava-se antes ainda Celso Cunha. Ele falava numa “República do Português” (reminiscência, talvez, do Quinto Império do Padre Antônio Vieira? Ou do sonho do império luso-brasileiro de D. Luiz da Cunha e D. Rodrigo de Souza Coutinho? Ou ainda da concepção de Fernando Pessoa da língua como pátria?). Assim dizia ele (CUNHA, 1975, p. 47):

E essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra; não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A Capital da Língua Portuguesa está onde estiver o eixo da cultura.

Apesar dessa pequenez do tema no Brasil, não se pode deixar de notar que, quando se fala do chamado mundo da língua portuguesa, há, sobre ele, um discurso idealizado e de exaltação, como deixam ver claramente dois documentários feitos no país sobre a língua: *Além-mar* (1999) e *Língua: vidas em português* (2003).

Esta visão idealizada e de exaltação parece, porém, não ser exclusiva do Brasil. A Professora Maria Manuel Baptista (2006, p. 37), da Universidade de Aveiro, arrola, entre os mitos e estereótipos lusitanos sobre a LUSOFONIA (“por vezes claramente expressos, outras vezes dissimulados”), o de considerá-la um jardim – “desenvolvendo uma retórica discursiva e mediática que não assume o inevitável e necessário confronto de olhares e de interesses. Desta forma, pretende-se conferir à lusofonia (tal como outrora ao Império) uma lógica predominantemente afectiva e moral”.

Subjaz a esse discurso a crença de que os países de língua portuguesa constituem uma irmandade de 7 Brasis e 1 Portugal. Por isso, quando se fala deles, é sempre em tom de exaltação lírico-romântica.

Embora não se faça referência a Gilberto Freyre e sua teoria do luso-tropicalismo, é, no fundo, uma vaga representação dela que está no substrato desse discurso de exaltação. Aceita-se a crença difundida por Freyre de que da ação colonial portuguesa resultou uma “civilização” diferenciada das demais (isto é, daquelas saídas do colonialismo inglês, espanhol, holandês e francês) – uma civilização “amorosa, miscigenada, tolerante, cheia de cores, sabores e musicalidades”.

Nesse discurso de exaltação e celebração, não há, evidentemente, espaço para uma leitura crítica da exploração colonial. Ou do papel central que os luso-brasileiros exerceram no tráfico internacional de escravos africanos durante 300 anos; não há espaço para discutir o estado de imensa miséria social, econômica e cultural em que foram deixados, no momento da independência, os territórios africanos e asiáticos que estiveram sob o domínio português; não há espaço para deixar visíveis a ideologia e as práticas racistas do colonialismo português na África; não há também espaço para compreender a heterogeneidade dos diferentes países, salvo se ela puder ser reduzida ao exótico e devidamente

folclorizada (a culinária, por exemplo);⁷ e, mais ainda, não há espaço para se reconhecer e discutir o fato de que a língua portuguesa funciona socialmente também como forte fator de discriminação e exclusão nas sociedades em que é falada.

Há, nesse discurso, uma ênfase ao papel que a língua exerce, em tese, como elemento aglutinador dos povos que a falam e daquilo que haveria de chão comum, dado pelo colonizador português, em suas respectivas culturas.⁸ Não se dá, obviamente, ênfase à língua como indicadora de uma específica ordenação do mundo social, com suas divisões, delimitações de territórios e conflitos.

Desse modo, não há espaço, neste discurso, para referências críticas aos preconceitos e à exclusão social que afetam os falantes das variedades do chamado português popular no Brasil, ou os imigrantes pobres que falam variedades não europeias da língua em Portugal.

Não há também espaço para dar visibilidade aos ressentimentos e conflitos sociolinguísticos que refletem ainda a divisão social que o colonialismo impôs às sociedades africanas e que, no fundo, é sinalizada pelas diferentes formas como a língua funciona socialmente, ou seja, os estratos que a têm como língua materna, os que a falam como segunda língua e os que não a conhecem.

Por outro lado, além do senso comum e dos debates acadêmicos, temos ações governamentais brasileiras que passo a considerar.

A questão da LUSOFONIA, mesmo quando não tratada diretamente por este termo, está presente em iniciativas oficiais do governo brasileiro. Devemos lembrar, nesse sentido, que foi na segunda metade da década de 1980, durante o governo Sarney (1985-1990), que tomou forma, por iniciativa brasileira, a ideia de se construir um bloco internacional congregando os países de língua oficial portuguesa. Dela resultou a criação, em 1996, da CPLP – *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*.

O envolvimento direto do governo do Brasil nesta iniciativa diplomática – ao lado da criação, em 1991, do MERCOSUL – indicam um projeto estratégico da política externa brasileira no sentido de definir uma posição de relativo destaque geopolítico ao país no contexto internacional, criando alguns contrapontos aos blocos internacionais hegemônicos e garantindo certa autonomia no desequilibrado jogo internacional de poder.

7 Sobre essa questão da heterogeneidade, diz Mia Couto (no evento mencionado na nota 2): “Os lusófonos são pensados e falados do seguinte modo: Portugal, Brasil e os PALOPS [*Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa*]. Surgimos como um triângulo com vértices um no Brasil, um em Portugal e um terceiro em África. Ora, os países africanos não são um bloco homogêneo que se possa tratar de modo tão redutor e simplificado. Não se pode conceber como uma única entidade os 5 países africanos que mantêm, entre si, diferenças culturais sensíveis. As nações lusófonas não são um triângulo, mas uma constelação em que cada um tem a sua própria individualidade”.

8 É curioso observar que, no documentário *Além-Mar*, o que aparece recorrentemente em todos os países de língua oficial portuguesa como fenômeno cultural comum são os *rappers* – que, obviamente, não constituem elemento do chamado “legado português”. Esse legado, muito mais mítico do que real (ele está ainda por ser empiricamente detalhado), costuma ser apresentado sempre em tom de exaltação, como é exemplo o seguinte texto de Cristóvão (2003): “muita coisa que une os oito países, na língua, nas tradições históricas e culturais, na religião, numa certa forma de relacionamento humano, afinidades que o passado nos legou, a língua comum facilita, e a vontade dos povos pode fazer avançar, marcando a diferença e o contraste com as características de outros povos de outras fônias”.

Essa postura estratégica tem caracterizado, sem alterações substanciais, a política externa brasileira desde o início da década de 1960. Durante o curto governo do presidente Jânio Quadros (1961), o Itamaraty formulou, sob a direção do ministro San Tiago Dantas, a chamada “Política Externa Independente” (PEI) que tinha, como objetivo primordial, redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional, por meio da universalização de contatos e da diminuição das possibilidades de pressão hegemônica.

A universalização dos contatos (ou, em outros termos, a redefinição das parcerias) começa justamente com a aproximação do Brasil com os chamados à época países não alinhados, saídos, em sua maioria, da descolonização da África e da Ásia.

Essa aproximação era estratégica, mas não era fácil, porque o Brasil continuava (paradoxalmente) apoiando a política colonialista portuguesa, o que redundava em desconfianças, quando não em recusas e conflitos na relação com países saídos havia pouco do jugo colonial. Esta ambiguidade brasileira só se rompe (e se rompe tardiamente) no governo do General Geisel.

Foi nele, na metade dos anos 1970, que a PEI atingiu sua maior capacidade de ação e implementação. Nesse período, aumentou significativamente a presença brasileira na África, em especial nos países africanos de língua oficial portuguesa (o Brasil reconheceu a República da Guiné-Bissau em 1974 antes de Portugal o fazer e foi o primeiro país a estabelecer relações com Angola).

Aumentou também a presença do Brasil no Oriente Médio (com o reconhecimento da *Organização da Libertação da Palestina* (OLP) como representante do povo palestino e com o apoio à presença de empresas brasileiras na execução de obras em países petrolíferos) e no Extremo Oriente (foi nesse período que o Brasil reconheceu a China, rompendo com Taiwan).

As diretrizes de universalização e autonomia da política externa brasileira vão continuar durante as décadas seguintes e permanecem ainda hoje. A própria criação da CPLP em 1996 se encaixa nessas coordenadas.

Ela se dá sobre três pilares: a concertação político-diplomática, a cooperação multiforme entre os Estados-Membros e a promoção e difusão da língua portuguesa. Foi, portanto, entendida por seus criadores como a organização política ordenadora da LUSOFONIA política, econômica e linguístico-cultural.

Na ótica diplomática brasileira, a CPLP representa basicamente uma opção estratégica para articular, com base na língua comum, uma cooperação Sul-Sul (Brasil – países africanos de língua oficial portuguesa – Timor) com a vantagem de ter um vértice na União Europeia (Portugal).

As relações Sul-Sul têm sido uma preocupação constante da política externa brasileira desde a criação da PEI. Assim é que o embaixador Celso Lafer (que viria a ser ministro das Relações Exteriores nos dois últimos anos do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, entre janeiro de 2001 e dezembro de 2002) apontava já em 1984

(p. 121-8) que este relacionamento com o Sul não está restrito à busca de novos mercados, mas representa uma vontade de mudança no jogo de poder no cenário internacional, com o Brasil ocupando, na expressão de Lafer (1987), o papel de uma *potência intermediária*.

Numa síntese, pode-se dizer, então, que LUSOFONIA, no Brasil, em sua versão de senso comum, se resume a um discurso romântico de exaltação (do qual se distancia pouco o discurso acadêmico); ou, em sua versão governamental, é parte de uma estratégia de projeção geopolítica do país. Neste caso, porém, a língua parece ser mero pretexto para facilitar a presença brasileira na África como um todo a partir de uma base de apoio nos países africanos de língua oficial portuguesa.

Já em Portugal, o tema da LUSOFONIA parece mais presente, motivando debates e polêmicas como não se veem no Brasil. Como diz a Professora Helena Sousa, da Universidade do Minho (2006, p. 167):

Independentemente da eventual conotação negativa que uma reconstrução pós-colonial possa acarretar, o conceito de espaço lusófono ou de área cultural lusófona está profundamente enraizado na sociedade portuguesa e é usado correntemente por acadêmicos e elites culturais, económicas e políticas.

Para se ter uma percepção disso, basta lembrar, por exemplo, que, nos últimos dez anos, foram ali publicados pelo menos seis livros que incluem a palavra em seus títulos: Lourenço (1999), Margarido (2000), Fernando Neves (2000), Chacon (2003), Cristóvão (2005) e Martins et al. (2006).

Há também, naquele país, uma *Associação de Cultura Lusófona*, entidade não governamental criada em 2000 com o objetivo de promover a língua portuguesa e as culturas que se exprimem nela. Esta Associação publicou, em 2005, o *Dicionário temático da lusofonia*.

Analistas portugueses costumam apontar a questão da LUSOFONIA como sendo de interesse estratégico geopolítico para Portugal no sentido de que “seu peso real europeu depende essencialmente do facto de ser também extra-europeu” (NEVES, 2003). Essa afirmação contrasta, porém, com aquela feita pelo então presidente da República Portuguesa Jorge Sampaio, citada por Fernando Neves (2003), de que: “Portugal não tem futuro fora do quadro europeu”.

O tema parece, então, estar afetado, nos debates portugueses, por um dilema de natureza geopolítica. Há os que entendem que pouca coisa interessa ao país para além de sua inserção na União Europeia. Desse modo, Portugal deve sim manter relações económicas e culturais com os demais países de língua oficial portuguesa, mas sem se atrelar, salvo formalmente, a um bloco internacional que lhe possa trazer eventuais dificuldades no contexto da União Europeia (UE).

Sobre essas eventuais dificuldades, bastaria mencionar a questão da imigração de cidadãos de outros países de língua portuguesa e a dimensão que ela tomaria se o conceito de “cidadania lusófona” (algo que se vincula à própria ideia da congregação dos países lusófonos num bloco específico, a CPLP) avançasse, de fato, para além de um mero gesto

simbólico sem efeitos jurídicos concretos. Nesse caso, a questão básica é saber como ela seria equacionada frente às restrições, cada vez maiores, da UE à imigração.

Alfredo Margarido (2000), um dos críticos mais ácidos da ideia de LUSOFONIA, considera que as ligações e compromissos de Portugal com a UE são impeditivos de qualquer possibilidade de construir um espaço lusófono, de organizar uma efetiva LUSOFONIA.

Por outro lado, há aqueles que – tendo em conta o fato de Portugal não estar entre as grandes economias da UE e ter ali peso político relativamente pequeno – defendem o engajamento forte do país num bloco de países de língua portuguesa.

Os que assim se posicionam veem aí uma forma de dar cacife político e econômico ao país no interior da UE, na qual ele passaria a ser visto como o elo facilitador das relações da UE com o MERCOSUL e com a África e a Ásia. Define-se, por esta via, uma vertente conceitual e discursiva menos centrada no linguístico-cultural e mais no político-econômico.

Essa concepção, porém, é entendida por vários autores – entre outros Eduardo Lourenço (1999), Alfredo Margarido (2000) e José Manuel Pureza (2005) – como um esforço de Portugal para reconstituir o antigo império colonial em novas bases.

A LUSOFONIA seria, assim, um projeto pós-colonial/neocolonial, uma tentativa de instauração do poder “soft”, uma estratégia de continuidade de dominação com outra roupagem, um espaço imaginário da nostalgia imperial. Nas palavras do Professor Pureza, da Universidade de Coimbra (2005):

a lusofonia pode muito bem vir a ser – não o assumindo – um prolongamento, em outros moldes, da quimera de grandeza compensadora da nossa periferização, que animou o colonialismo português.

Nesse sentido, Portugal estaria se vendo como o centro da LUSOFONIA, muito embora os discursos oficiais não o digam. Ao contrário, eles dão destaque à cooperação, em igualdades de condições, entre todos os países lusófonos – o que, evidentemente, não passa de retórica, considerando os grandes desequilíbrios econômicos e sociais que há entre eles, como bem aponta Helena Sousa (2006, p. 167).

Apesar de ser pouco explícita nos discursos oficiais a ideia de centralidade de Portugal no espaço lusófono (para desse modo se cumprir o projeto estratégico do país), é possível captar, aqui e ali, traços dessa concepção. Assim, podemos citar aqui, como exemplo, as palavras com que o Ministro dos Negócios Estrangeiros encerrou sua intervenção na *Conferência da Lusofonia* “O papel estratégico da CPLP: da descolonização à construção do futuro”, realizada na Assembleia da República em 23/11/2005 (o grifo em negrito é nosso):

Nos últimos 30 anos do “Estado Novo” [o período da ditadura salazarista], Portugal aumentou significativamente a sua presença em África, mas quase voltou costas à Europa; nos 30 anos que decorreram após o 25 de Abril, Portugal apostou forte na Europa, mas

quase voltou costas aos PALOP's; é chegado o momento, enfim, de Portugal compreender que **tem de se projectar simultaneamente nas duas direcções – europeia e lusófona –**, **porque é esse o rumo marcado pelo interesse nacional bem entendido**, sendo mais que certo que o nosso papel na Europa se reforçará se for mais dinâmica a nossa presença em África e Brasil, e que o nosso papel nestes continentes se ampliará se formos mais activos e bem sucedidos na Europa.

A maioria dos críticos, porém, não descarta totalmente a ideia de uma LUSOFONIA. No entanto, são coincidentes em dizer que ela está ainda por ser construída e só faz sentido se for constituída sem pressupostos neocoloniais. José Manuel Pureza (2005), por exemplo, depois de criticar discursos que têm, em seu substrato, um viés neocolonial, diz:

Quer isso dizer que somos irrelevantes uns para os outros? De modo nenhum. Para o bem e para o mal, o laço colonial articulou portugueses com outras gentes e essa experiência foi (tem sido) suficientemente forte para que não seja ficção dizer que nos une efetivamente alguma coisa. Pelo meu lado, sugiro que essa coisa é uma diferenciada experiência de Sul e que são muitas as virtualidades a explorar a partir daí. Entre duas balizas: todas as que séculos de conhecimento mútuo permitirem potenciar; mas só aquelas que se afastarem de fantasmas de glória de um passado mal enterrado.

E Eduardo Lourenço (1999), depois de argumentar que nada há que realmente se possa designar, verdadeiramente, por cultura ou comunidade lusófona, termina por afirmar (p. 124):

A pluralizada língua portuguesa tem o seu lugar entre as mais faladas do mundo. Isso não basta para que retiremos dessa constatação empírica um contentamento, no fundo, sem substância. Se contentamento é permitido, só pode ser o que resulta do imaginar que esse amplo manto de uma língua comum, referente de culturas afins ou diversas, é, apesar ou por causa da sua variedade, aquele espaço ideal onde se comunicam e se reconhecem na sua particularidade partilhada todos quantos os acasos da história aproximou. Não seria pequeno milagre num mundo que sonha com a unidade sem alcançar outra coisa senão o seu doloroso simulacro.

Por fim, Moisés de Lemos Martins, da Universidade do Minho (2006), retomando a vertente que conceitua LUSOFONIA como um espaço cultural (opondo-se, portanto, à ideia de Lourenço de que nada há que realmente se possa designar, verdadeiramente, por cultura ou comunidade lusófona), reelabora este que é talvez o discurso mais recorrente entre os ideólogos da LUSOFONIA: o da existência de uma base cultural comum (embora diversa), entendida pelo autor como um imaginário de paisagens, tradições e língua – “o território dos arquétipos culturais, um inconsciente colectivo lusófono, um fundo mítico de que se alimentam sonhos” (p. 89).

Não por acaso, propõe, então, uma releitura do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre, buscando libertá-lo da apropriação que o regime salazarista fez dele e que o autor considera ter sido um equívoco colonialista.

Diz ele que se deve ler no discurso de Freyre

a valorização dos diferentes contributos – africanos, ameríndios, orientais, europeus – para a civilização comum luso-tropical, e também a noção de que a ‘unidade de sentimento e de cultura’ deve sobrepor-se a questões de soberania” (p. 95).

A proposta é, certamente, polêmica, principalmente quando são chamados à cena do debate autores africanos. Apenas como exemplo, trazemos a resposta do escritor angolano Luís Kandjimbo quando perguntado que posição tem a respeito do luso-tropicalismo. Diz ele:

Trata-se de um conceito-pária. O ilustre ensaísta Mário Pinto de Andrade começou por combatê-lo ainda nos anos 50, quando o luso-tropicalismo estava a ser recuperado pelo Estado Novo em Portugal, servindo para defender a hegemonia de Portugal, sua cultura e língua, em detrimento da cultura angolana, ignorando-se completamente a rica diversidade existente no território. De resto, sabe-se que para o luso-tropicalismo só contava um inexistente mundo que o português criou. Tendo em atenção a sua sobrevivência ainda hoje, na medida em que ainda encontra muitos seguidores, e pelo carácter nefasto da sua semântica, devemos rejeitar o seu uso e aplicação à cultura e à sociedade angolanas. O seu poder explicativo relativamente aos fenómenos sociais e culturais de Angola é nulo. O luso-tropicalismo é uma falácia. De invenção brasileira passou a doutrina do fascismo em Portugal. É por isso um anacronismo.

Assim, mesmo insistindo sobre a LUSOFONIA como um espaço de cultura, não faltam complexas e agudas polêmicas a serem enfrentadas por todos quanto defendem a possibilidade de uma LUSOFONIA construída “sem os fantasmas de um passado mal enterrado”.

Mesmo supondo que uma tal LUSOFONIA seja possível (e desejável) e se possa delinear-la para além de generalidades, sobrarão ainda um segundo grande dilema para Portugal – o da língua propriamente dita, ou seja, o que fazer com o Brasil numa comunidade de países lusófonos: como evitar que a língua, embora de nome portuguesa, fique identificada, de fato, com o país que congrega a maioria absoluta de seus falantes? Como evitar que a presença da indústria cultural brasileira nos meios de comunicação social de todos os países de língua oficial portuguesa termine por brasilianizar a língua?

A respeito dos demais países de língua oficial portuguesa, sabemos pouco de como ressoa ali o tema da LUSOFONIA. Se foi estratégica, ao tempo da independência, a opção por tornar a língua do colonizador língua oficial, de modo a se apropriar dela como recurso de facilitação das relações internacionais e, ao mesmo tempo, como língua veicular em contextos de grande diversidade linguística, persiste, em geral, sua pouca difusão interna para além dos espaços mais urbanizados e, aqui e ali, parece persistir um certo ressentimento em relação àqueles que tem, nesses países, o português como língua materna (estou me reportando aqui a uma recente entrevista do escritor angolano José Eduardo Agualusa, publicada no jornal *Gazeta do Povo*, de Curitiba, no dia 18 de fevereiro de 2007, p. 8, em que aponta este problema).

De qualquer forma, permanece como um problema crucial em alguns desses países a questão das demais línguas maternas da população. Na política centralizadora dos

governos do período em que esses países estiveram sob o regime de partido único, essas línguas foram, em geral, deixadas de lado.

Com as mudanças políticas posteriores, elas voltaram a ser tema de debates que buscam a definição de políticas linguísticas (principalmente para a mídia e a escola fundamental) capazes de difundir o português sem que isso signifique a discriminação ou mesmo a eliminação das línguas africanas.

Certamente, os países africanos de língua oficial portuguesa e o Timor-Leste visualizam, na cooperação com Brasil e Portugal, possibilidades para enfrentar a superação de seus problemas econômicos, sociais e culturais. Pelo que se percebe, porém, parece que a preferência de todos eles é por relações bilaterais e não por relações propriamente comunitárias, haja vista a pouca expressão (para não dizer a inoperância) da CPLP em seus quase quinze anos de vida.

Ao encerrar, cabe levantar, diante do quadro que foi aqui delineado, as seguintes perguntas: na construção da LUSOFONIA, um projeto linguístico-cultural terá condições de se sobrepor a um projeto econômico-político? Os antigos sonhos de laços de congregação e solidariedade entre países de língua oficial portuguesa terão condições de se materializar diante dos interesses geopolíticos específicos (e divergentes) de Portugal e Brasil? Algum dia se resolverá o impasse posto pelo fato de a maioria dos falantes da língua estar concentrada no Brasil? E, por fim, há, de fato, perspectivas para a LUSOFONIA? Ela é uma utopia ou uma quimera?

Referências

- Além-mar* (1999). Documentário produzido por Belisário Franca e Hermano Vianna. Realizado pela TVE-Brasil, TV Escola, Múltipla Comunicação e Ministério da Cultura do Brasil.
- BAPTISTA, Maria Manuel (2006). A lusofonia não é um jardim ou da necessidade de ‘perder o medo às realidades e aos mosquitos’. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras. p. 23-44.
- BOXER, Charles (1977). *Relações raciais no império colonial português. 1415-1825*. Porto: Edições Afrontamento.
- CARVALHO FILHO, Sílvio de Almeida (1998). As relações étnicas em Angola: as minorias branca e mestiça (1961-1992). Disponível em: http://www.angolanistas.org/ZAZprincipal/r_etnicas.htm.
- CASTELO, Cláudia (1998). *O modo português de estar no mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia (2007). *Passagem para África: povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- CASTRO, Ivo (2007). Forças de união e separação no espaço da língua portuguesa. Conferência proferida no Institut d’Estudis Catalans, Barcelona. Disponível em: <http://www2.iecat.net/gc/digitalAssets/15960CastroIConf.pdf>. Acesso em: 10/01/2010.
- CASTRO, Ivo (2008). Galiza no espaço cultural e simbólico da Lusofonia. *GRIAL – Revista Galega de Cultura*, Vigo, tomo XLVI, n. 180, p. 80-89.

- CASTRO, Ivo (2009). As políticas linguísticas do português. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Disponível em:
<http://www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/05-Ivo%20Castro.pdf>
- CHACON, Wamireh (2002). *O futuro da lusofonia*. Lisboa: Verbo.
- CONCEIÇÃO, Joaquim Paulo (2006). Angola – o português como veículo de inserção cultural e comunicacional no mundo globalizado. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras. p. 133-40.
- CRISTÓVÃO, Fernando (2002). Os três círculos da lusofonia. Disponível em:
<http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=102>
- CRISTÓVÃO, Fernando et al. (2005). *Dicionário temático da lusofonia*. Lisboa: Associação de Cultura Lusófona/Texto Editores.
- CUNHA, Celso (1975). *Uma política do idioma*. 3 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- FREYRE, Gilberto (1951). *O mundo que o português criou*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto (1954). *Aventura e rotina*. Lisboa: Livros do Brasil.
- HAMILTON, Cheie (2005). *Os sabores da lusofonia*. São Paulo: SENAC/SP.
- HOUAISS, Antônio (1985). *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade-UNESCO.
- Língua: vidas em português* (2003). Documentário dirigido por Victor Lopes. Ministério da Cultura do Brasil.
- LOURENÇO, Eduardo (1999). *A nau de Ícaro seguido de Imagem e miragem da lusofonia*. Lisboa: Gradiva.
- MARGARIDO, Alfredo (2000). *A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- MARTINS, Moisés de Lemos (2006). Lusofonia e luso-tropicalismo: equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários. *Visages d'Amérique Latine*, Paris, n. 3, p. 89-96.
- MARTINS, Moisés de Lemos et al. (2006). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras.
- MATA, Inocência (2004). O espaço da lusofonia e literatura: para uma crítica da razão africana. In: ABUIN GONZALEZ, A.; TARRIO VARELA, A. (Ed.). *Bases metodológicas para unha historia comparada das literaturas da Península Ibérica*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela. p. 224-34.
- MATEUS, Maria Helena Mira (2009). Uma política de língua para o português. XXV Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística. Disponível em:
<http://www.apl.org.pt/docs/actas-25-encontro/06-Maria%20Helena%20Mateus.pdf>
- MAXWELL, Kenneth (2006). *O império derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras.
- NAMBURETE, Eduardo (2006). Comunicação na globalização: que políticas linguísticas? In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras. p. 99-110
- NEVES, Fernando dos Santos (2000). *Para uma crítica da razão lusófona: onze teses sobre a CPLP e a lusofonia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- NEVES, Fernando dos Santos (2003). Onze teses sobre a lusofonia. Disponível em:
<http://www.ciberduvidas.com/lusofonias.php?rid=110>

- OLIVEIRA, Henrique Altemani (2005). *Política externa brasileira*. São Paulo: Saraiva.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de; DORNELLES, Clara (2007). Políticas internacionais del portugués. Disponível em:
http://www.realinstitutoelcano.org/analysis/ARI2007/ARI135-2007_Muller_Dornelles.pdf.
- PUREZA, José Manuel (2005). Lusofonia, ou as perversões da nostalgia. Em *Rua Larga*, 7. Janeiro-Março. Coimbra: Universidade de Coimbra. Disponível em:
<http://www1.ci.uc.pt/rualarga/>.
- RODRIGUES, José Paulo Coelho de Souza (2001). *A dança das cadeiras: literatura e política na Academia Brasileira de Letras (1896-1913)*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SOUSA, Helena (2006). A mobilização do conceito de lusofonia: o caso dos canais internacionais da RTP. In: MARTINS, Moisés de Lemos et al. (Ed.). *Comunicação e lusofonia: para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras. p. 165-82.
- THOMAZ, Omar Ribeiro (2000). Uma retórica luso-tropical. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 12 de março. Caderno Mais!